



Enriquecimento ilícito



Andrew Dornbierer
Asset Recovery Specialist

O que é enriquecimento ilícito em poucas palavras?

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC na sigla inglesa) define enriquecimento ilícito como o “aumento significativo do património de um funcionário público para o qual ele ou ela não consegue apresentar uma justificação razoável face ao seu rendimento legítimo”.

Também conhecido como “riqueza injustificada” ou “enriquecimento sem causa”, aplica-se legalmente, em alguns países, não só a particulares, mas também a funcionários públicos. Pode referir-se quer à quantidade de activos que uma pessoa tenha adquirido, quer ao nível de vida excessivo que uma pessoa esteja a desfrutar.

Uma acção judicial bem sucedida por enriquecimento ilícito abre a porta à recuperação de activos - ou seja, a devolução ao Estado dos bens adquiridos ilegalmente.

Quais são os benefícios?

Em muitos casos, especialmente nas economias baseadas em numerário e onde são pagos pequenos montantes em subornos ao longo do tempo, é difícil, senão mesmo impossível, conseguir provar actos individuais de corrupção. Isto significa que muitos funcionários corruptos nunca chegam a ser processados e conseguem ficar com os activos que adquiriram através da corrupção.

Através do mecanismo de enriquecimento ilícito, os agentes da autoridade utilizam provas para corroborar os resultados dos actos de corrupção, tais como a aquisição de bens imóveis caros e outros bens de valor elevado, apesar de o funcionário ter um rendimento lícito modesto. Por outras palavras, em vez de tentarem provar em vão os actos de corrupção em si, concentram-se em arranjar provas dos benefícios obtidos na sequência destes actos e em tomar medidas para recuperar o seu valor monetário.

Será um crime?

O enriquecimento ilícito é abrangido pelo Artigo 20 da UNCAC, mas as leis nacionais variam muito e alguns países não têm sequer leis nesta matéria. Em alguns países, como no Malawi e na Tanzânia, estas leis destinam-se apenas aos funcionários públicos. Noutros países, as leis abrangem todos os cidadãos, por exemplo, vários estados na Austrália têm utilizado estas leis para combater traficantes de droga em lugar de funcionários corruptos.

Em alguns países, como o Quénia, o enriquecimento ilícito não é considerado uma infracção penal, mas sim uma acção cívica. Isto significa que o objectivo principal não é processar o indivíduo, mas apenas recuperar os activos roubados.

O grau de aplicação da lei também varia. Em Hong Kong, por exemplo, já nos anos 70, houve casos bem sucedidos que levaram à recuperação de activos. No Quénia, os tribunais estão apenas a começar a finalizar os primeiros casos de enriquecimento ilícito.

Porque é que existe alguma controvérsia?

Alguns críticos argumentam que o enriquecimento ilícito não passa de um jogo de acusações, invertendo injustamente o ónus da prova e invalidando a presunção de “inocência até prova em contrário”. Recentemente, o Parlamento ucraniano declarou o enriquecimento ilícito como sendo inconstitucional por estas razões.

Outros contrapõem que, enquanto a responsabilidade principal pela apresentação de provas sólidas contra a pessoa acusada recair sobre o Estado, não haverá inversão injusta do ónus da prova. Por outras palavras, como ainda é imposto como condição que os procuradores apresentem provas da existência real de riqueza injustificada para além de toda a dúvida razoável nos casos de enriquecimento ilícito, esta situação é considerada

igual a qualquer outro crime financeiro.

Quando utilizado de maneira responsável e avaliado imparcialmente, o mecanismo de enriquecimento ilícito poderá contribuir grandemente para ajudar os países a recuperar os activos adquiridos através da corrupção que, de outra forma, permaneceriam na posse dos criminosos.

Como é investigado e processado judicialmente o enriquecimento ilícito? Como esta área do direito é relativamente nova, existem ainda muito poucos procedimentos normalizados ou melhores práticas a nível internacional. O Reino Unido, por exemplo, só incorporou na lei a ordem de riqueza injustificada em Janeiro de 2018.

Os casos suspeitos de enriquecimento ilícito surgem frequentemente no contexto de outras investigações de corrupção que estão em curso. A primeira pista também pode provir de um artigo no jornal ou de outros canais habituais de intelligence.

Na maioria dos casos, uma abordagem sólida envolve uma investigação financeira exaustiva para determinar quanto dinheiro um indivíduo poderia ter tido disponível durante um certo período de tempo, para depois fazer uma comparação desse valor com o montante que foi gasto durante esse mesmo período para adquirir bens ou manter um determinado nível de vida. O objectivo é reunir provas sólidas - e não conjecturas - para que apenas os indivíduos que, de forma inequívoca, tenham adquirido os seus bens através de fontes ilegais sejam questionados e processados.

Existem alguns estudos de casos recentes?

A primeira aplicação de uma ordem de riqueza injustificada no Reino Unido, no ano passado, causou agitação nos meios de comunicação social quando foi revelado que a esposa de um antigo banqueiro do Estado do Azerbaijão tinha gasto 16 milhões de libras no Harrods, além de ter comprado um jato privado, um campo de golfe e uma propriedade caríssima em Londres.

Um caso de sucesso interposto pela Comissão de Ética e Anti-Corrupção do Quénia contra Stanley Mombo Amuti, um antigo funcionário público de escalão inferior, que não conseguiu explicar como adquiriu cerca de 400.000 USD de bens num período de 10 meses, abriu um precedente no Quénia, que veio reforçar a intenção de continuar a utilizar este mecanismo.

Qual o trabalho do Basel Institute nesta área?

O International Centre for Asset Recovery (ICAR) do Basel Institute trabalha com países parceiros para ajudar a reforçar a sua capacidade em termos de recuperação de activos roubados e de combate à corrupção. No âmbito de um esforço mais amplo, estamos a trabalhar com alguns países no sentido de aprofundar o conhecimento da legislação sobre enriquecimento ilícito e como utilizá-la de forma responsável e eficaz.

Quando utilizada correctamente, pode ser uma arma poderosa no combate à corrupção.

Saiba mais

- O guia *On the Take: Criminalizing Illicit Enrichment to Fight Corruption* é possivelmente o guia mais completo em matéria de enriquecimento ilícito neste momento. Foi produzido em 2012 e incorporado na Iniciativa do Banco Mundial e do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) sobre Recuperação de Activos Roubados.
- Um relatório do Departamento de Justiça dos EUA de 2011, *Comparative Evaluation of Unexplained Wealth Orders*, apresenta uma comparação exaustiva de como as diferentes jurisdições utilizam o enriquecimento ilícito e os mecanismos a ele associados nos seus sistemas jurídicos.
- O Basel Institute oferece um curso de aprendizagem online gratuito sobre Origem e Utilização, um método utilizado para denunciar rendimentos ilegais e/ou de fonte desconhecida através de provas indirectas.

Publicado em inglês a 22 de Maio de 2019

Todos os nossos guias rápidos estão disponíveis em learn.baselgovernance.org

ISSN 2673-5229

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não-comercial-NoDerivs 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

